



GT – O PAC E O ORDENAMENTO TERRITORIAL NO RIO SÃO FRANCISCO, DISCURSO DA TERRA, ÁGUA E IDENTIDADE¹

Dinamizador(a)(s): AGB seção Recife

Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves – UFPE

Mestrando Antonio Marcos dos Santos – UFPE

Relatora: Danuza Pereira de Moraes - UFPE

O Plano de Aceleração do Crescimento, faz parte da política do Ministério do Planejamento juntamente ao ministério da Fazenda que objetiva implementar ações que “levem” desenvolvimento a partir de intervenções regionais. Esse plano que envolve também o projeto de transposição do rio São Francisco é visto de forma conflituosa por o entidades como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, entre outras.

O PAC seria o movimento de função dos ministérios com todas as entidades afins, porém, não sabemos se isso será possível (...). Como dizem alguns críticos o PAC não “desempacou”.

O rio São Francisco é pensado em todo o Brasil, logo a importância de se pensar na interligação de tais “ordenamentos” com a identidade da população com a água. É hora de rever a situação, avançar nas discussões sem ignorar a diversidade do rio, pretendendo “libertar-lo do mercado (sistemas de produção de eletricidade, irrigação para as empresa de fruticultoras de exportação) e perceber o que a dinâmica do estado e do mercado reservou e

¹ - Texto retirado da relatoria levantada durante o Grupo de trabalho não havendo nenhuma modificação.

reservam para as comunidades tradicionais ao longo da bacia hidrográfica, exemplo das desterritorializações e das migrações”.

Um dos grandes problemas das políticas públicas da/para o São Francisco é que elas sempre estiveram impostas de cima para baixo. Temos alguns exemplos dessa imposição quando povoados são excluídos da participação do mercado e se vêem obrigados a adquirir mecanismos do próprio mercado (agricultura de insumos e irrigada); lembramos também que todas essas políticas tinham como objetivo principal, quando relacionadas diretamente à bacia hidrográfica do rio São Francisco, a questão energética.

A exemplos de conflitos existentes na bacia hidrográfica do rio São Francisco, temos a comunidade de Resina (SE), a qual sofre os reflexos de dois tipos de impactos: a construção de uma ponte e a implantação de ações de empresas imobiliárias (NARCON) que compram casas comuns do povoado para construção de resorts.

O PAC aplicado à bacia do São Francisco intenciona projetos para infraestrutura, logística e energia para facilitar o “desenvolvimento sustentável”. É importante pontuar que nenhum movimento popular se coloca contra a revitalização e aos objetivos do PAC, mas como tais ações estão sendo conduzidas.

Momentos de trabalho

Inicialmente foi realizada uma rápida explanação sobre a temática abordada, destacando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão territorial; as propostas do PAC para a bacia hidrográfica do rio São Francisco; o plano de transposição; a situação ambiental e social ao longo da bacia hidrográfica; os discursos da terra, água e identidade. Explicações sempre acompanhadas de discussões.

Em seguida os participantes do GT foram divididos em três subgrupos denominados de água, terra e identidade respectivamente onde passaram a discutir internamente o que foi debatido posteriormente, direcionando para cada temática dos subgrupos.

Concluída as discussões internas houve o momento de sistematizações e novas discussões com todos os participantes. A partir daí, deu início aos levantamentos e em seguida aos encaminhamentos.

Levantamentos;

As discussões que envolvem a bacia hidrográfica do São Francisco realmente chama a atenção do(a) geógrafo(a) buscando sua posição frente seu conhecimento técnico, científico e político. Nesta perspectiva levantaram que se deve:

- discutir o impacto da transposição em populações ribeirinhas e não ribeirinhas;
- a transposição, qualquer que seja o seu significado, já está em andamento. O que fazer?
- não se pode perder de vista que o debate é político (além de técnico);
- há o imaginário da água e da seca no semi-árido: como isso afeta o debate da transposição e do PAC (levantar esses imaginários);
- a questão não é a transposição, mas como vem sendo conduzida e a quem beneficiará;
- a política hídrica atual traz vícios históricos (DNOCS, SUDENE, Coronelismo), sempre beneficiando grupos privados e não o interesse coletivo.
- direcionar o olhar para a questão social e não do mercado;
- rediscutir os processos de desapropriação dos meios de produção das famílias que moram nas regiões atingidas pelo projeto de transposição e das obras do PAC;
- repensar o papel de órgão como a EMBRAPA frente as famílias remanejadas, sejam pelo projeto de transposição assim como pelos projetos a serem desenvolvidos pelo PAC;
- exigir que a revitalização seja levada a sério;

Com base nos pontos levantados organizam-se como encaminhamentos centrais que:

- as seções locais das AGBs promovam debates (grupos de trabalhos) sobre a temática na busca de uma compreensão melhor e conseqüentemente uma efetiva participação dos(as) geógrafos(as) frente as discussões;

- que os próximos eventos organizados ou com a participação da AGB, possam debater mais intensivamente a problemática levantada, principalmente os eventos realizados nos estados envolvidos com a problemática da transposição e do PAC sobre a bacia hidrográfica do rio São Francisco.